

ESTADO AUTORITÁRIO PÓS-64: PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS

Monique Cittadino*

O estudo referente a qualquer questão que envolva o período pós-64, no Brasil, não pode se privar de enfrentar a discussão historiográfica estabelecida em torno do Estado que emergiu a partir do golpe militar verificado naquele ano. Diferentes versões e diferentes visões foram construídas, na tentativa de fornecer elementos que pudessem auxiliar o entendimento e a análise de um processo fundamental na reestruturação política, econômica, social e ideológica ocorrida no país naquele período. É a recuperação e o confronto entre essas diferentes versões e visões relativas ao Estado brasileiro pós-64 que se pretende efetuar nesse trabalho.

Evidentemente, por trás dessas perspectivas repousa uma série de premissas que permite a construção de um arcabouço em torno do qual estrutura-se uma definição teórica relativa ao tipo de Estado nascido com o golpe militar. Subjacente a esta definição teórica, outras questões se impõem e são, conseqüentemente, respondidas no decorrer da construção dessas diferentes análises sobre o Estado pós-64. Portanto, pretende-se não só recuperar as diferentes definições teóricas integrantes da historiografia mas, indissociavelmente, recuperar as análises efetuadas a respeito dos interesses determinantes da articulação do golpe, dos elementos constituintes desse Estado, a que objetivos este Estado se propõe e a que interesses ele atende.

Certamente os limites deste trabalho impossibilitam o esgotamento da análise de todos os autores que se debruçaram sobre este período. Selecionou-se, portanto, alguns trabalhos que

* Professora de História do Brasil da UFPB. Mestre em Ciências Sociais pela UFPB e Doutoranda em História pela USP.

foram considerados significativos para o enriquecimento da discussão historiográfica. Alguns, se não estão voltados, prioritariamente, para a elaboração de uma definição conceitual acerca do Estado pós-64, foram incluídos por preocuparem-se com questões cujas respostas levam, implicitamente, a um entendimento acerca do tipo daquele Estado.

Desta forma, foram analisados os seguintes autores e suas respectivas obras: Octavio Ianni e *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*; Thomas Skidmore e *Brasil: de Getúlio a Castelo, Brasil: de Castelo a Tancredo e Politics and Economic Policy Making in Authoritarian Brazil, 1937-71*; Maria Helena Moreira Alves e *Estado e Oposição no Brasil: 1964/1984*; Manuel Antonio Garretón e *Em Torno da Discussão Sobre os Novos Regimes Autoritários na América Latina*; Guillermo O'Donnell e *Análise do Autoritarismo Burocrático, BA: Reflexões e Desenvolvimento Político ou Mudança Política?*¹³⁶

Octavio Ianni, em seu trabalho *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, é um dos autores que não está prioritariamente preocupado em definir conceitualmente o Estado que se estabelece a partir do golpe de 64, apesar de, em duas ocasiões, referir-se a este Estado como uma ditadura militar.¹³⁷ Entretanto, ao analisar a política econômica adotada

¹³⁶ IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas. "Politics and Economic Policy Making in Authoritarian Brazil, 1937-71". IN STEFAN, Alfred. *Authoritarian Brazil. Origins, Policies and Future*. New Haven and London: Yale University Press, 1973.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964/1984)*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

GARRETÓN, Manuel Antonio. "Em Torno da Discussão Sobre os Novos Regimes Autoritários na América Latina". In *DADOS*, vol. 25, No. 2, 1982.

ODONNELL, Guillermo. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ODONNELL, Guillermo. "Desenvolvimento Político ou Mudança Política?". IN PINHEIRO, Paulo Sérgio (Coord.). *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ODONNELL, Guillermo. *BA - Reflexões*. São Paulo: Vértice, 1987.

¹³⁷ As duas ocasiões em que Ianni utiliza as expressões "governo ditatorial" e "ditadura militar" verificam-se no momento em que ele discute a política salarial adotada pelos novos governos e a repressão que se instala sobre o movimento operário e sindical.

"Fosse foi o sentido político da reformulação da política salarial, por parte do governo ditatorial criado após a deposição do Presidente Goulart. (...) Nos anos da ditadura militar estabeleceram-se novas normas para o exercício do direito de greve, aposentadoria, assistência médica, estabilidade no emprego etc." [grifos meus]

pelos governos militares, permite o entendimento do tipo e dos objetivos desse Estado.

Inicialmente, é importante salientar que, na argumentação desenvolvida por Ianni, o pressuposto teórico balizador das suas análises é a Teoria da Dependência. Assim, ao caracterizar a economia brasileira, o autor acentua a sua integração à economia capitalista mundial.

"De qualquer modo, vista em conjunto, a política econômica planificada do Governo Castelo Branco modificou bastante as condições de funcionamento da economia brasileira, como subsistema do capitalismo mundial." [grifo nosso]¹³⁸
"...a modernização (ou racionalização) do subsistema econômico brasileiro era uma condição necessária tanto para a reintegração no sistema mundial como para a retomada do crescimento. A retomada do crescimento, aliás, era concebida como uma possibilidade dependente da forma pela qual a economia do Brasil fosse reintegrada (em termos institucionais, tanto quanto de relações reais) no capitalismo mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos."¹³⁹

A partir desta perspectiva de inserção da economia brasileira no sistema capitalista mundial, Ianni, preocupado fundamentalmente em analisar a política econômica dos governos militares, aponta o sentido das transformações econômicas advindas já no Governo Castelo Branco, como voltadas para o favorecimento das empresas privadas.

"Em seus níveis principais, a política econômica governamental modificou as condições de funcionamento dos mercados de capital e de força de trabalho. Isto é, reformulou as relações de produção, segundo as exigências da reprodução capitalista e da expansão do setor privado. Em particular, criou novas possibilidades para o funcionamento e a expansão da empresa privada, nacional e estrangeira."¹⁴⁰

IANNI, Octavio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, pp 278/9.

¹³⁸Idem, p. 236.

¹³⁹Idem, p.260.

¹⁴⁰Idem, p. 236.

Mais adiante, referindo-se à planificação no Governo Costa e Silva, Ianni reafirma:

*"Tratava-se, em particular, de aperfeiçoar as condições de funcionamento e expansão da empresa privada, nacional e multinacional."*⁴¹

E, para criar essas novas possibilidades de expansão das empresas privadas, o governo passou a aprofundar a sua participação na economia, seja de forma direta, através da produção e investimentos das empresas estatais, seja de forma indireta, através da regulamentação da economia. Entretanto, o fato do Estado aprofundar a sua participação na economia seja como produtor direto, seja regulamentando-a e planejando-a, não configura a situação de existência de um "capitalismo de Estado", uma vez que a finalidade última dessas novas atribuições estatais era o favorecimento das empresas privadas.

*"Como vemos, essa compreensão das relações entre o Estado e a Economia descarta, implicitamente, as hipóteses de 'capitalismo de Estado' e 'economia mista'. Se é verdade que cresceu a participação relativa e absoluta do Estado na formação bruta de capital fixo, isto não significa que se produziu uma mudança qualitativa no sistema econômico brasileiro. Isto é, não significa que se passou do sistema baseado na 'empresa privada' a um sistema diferente, configurado como 'capitalismo de Estado'."*⁴²

Surgiram, então, os diversos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social voltados para instrumentalizar o Governo quanto às suas novas atribuições no campo econômico. De acordo com a análise de Ianni, pode-se depreender a constituição de um Estado planejador, privatista, em que a tecnoestrutura passou a desempenhar um papel progressivamente mais importante nas esferas do poder e as técnicas de planejamento econômico, voltadas efetivamente para

⁴¹ Ianni, p. 144.

⁴² Ianni, p. 113.

o favorecimento de um setor específico da economia - o privado -, passaram a ser caracterizadas como neutras.

*"Tratava-se de equipar o governo (isto é, o Executivo) para exercer com o máximo de eficácia as suas funções na esfera das relações econômicas. Por isso é que esse mesmo governo (fundamentalmente privatista) tratou de desenvolver ainda mais a tecnoestrutura que deveria regular e dinamizar o funcionamento das forças produtivas e das relações de produção no País. Por isso, também, é que a instalação dos Grupos de Coordenação do Plano Decenal começou com um discurso sobre o caráter neutro da técnica de planejamento e sobre a importância da planificação da política econômica governamental."*¹⁴³

Segundo Octavio Ianni, a planificação econômica governamental estava voltada efetivamente para o fortalecimento do setor privado, mas, sobretudo, destinava-se ao fortalecimento e expansão de uma fração do setor privado, levando, inexoravelmente, a um processo de concentração de capital. Além disso, as condições de expansão foram facilitadas primordialmente para as empresas estrangeiras, que tinham acesso não só ao capital externo (reservado exclusivamente para estas empresas) como também ao crédito interno. Assim, verificava-se um processo crescente de falências e concordatas, bem como a associação ou absorção de empresas nacionais por empresas multinacionais.

*"Em conseqüência, acentuou-se o processo de concentração do capital, pela associação e absorção de empresas pertencentes ao mesmo setor produtivo ou a setores distintos. Em poucos anos, transformou-se a estrutura do sistema empresarial no Brasil, acentuando-se a importância relativa e absoluta das grandes empresas (e corporações) multinacionais no conjunto do subsistema econômico do País."*¹⁴⁴

Para Ianni, a tendência expansionista das empresas multinacionais associada à adoção de uma política econômica de caráter antiinflacionário, pelos sucessivos governos,¹⁴⁵ provocou um crescimento da participação das empresas multinacionais na

¹⁴³Idem, p.240.

¹⁴⁴Idem, p.266.

¹⁴⁵Idem, p. 269.

economia nacional, levando a um processo que, na sua concepção, superava o conceito de "desnacionalização".

*"Não se tratava, pura e simplesmente, de 'desnacionalização'. Ou melhor, o conceito de desnacionalização não exprimia o que estava realmente ocorrendo. Tratava-se de uma fase nova no processo de reprodução e concentração do capital, em nível internacional. E, ao mesmo tempo, desenvolvia-se uma fase nova nas relações entre o Estado e a empresa privada."*¹⁴⁶

Essa participação crescente das empresas multinacionais na economia brasileira representa, para Ianni, um momento de acentuação significativa das relações de dependência do Brasil face ao sistema capitalista mundial:

*"A crescente preponderância da empresa multinacional pôs em evidência, de novo e de modo mais claro, a dependência estrutural que sempre caracterizou o subsistema econômico brasileiro."*¹⁴⁷

Ianni, se por um lado procura deixar claro qual o sentido da política econômica adotada pelos governos militares, também não deixa de enfatizar as condições que permitem a adoção e implantação dessas novas políticas. Para ele, o governo gozava de condições políticas excepcionais advindas da decretação dos Atos Institucionais bem como da adoção da Constituição de 67 e da Emenda Constitucional de 69 que, juntas, garantiram poderes extraordinários ao Executivo, permitindo, assim, o estabelecimento de sua hegemonia absoluta sobre os demais poderes e instituições nacionais.¹⁴⁸ Está implícita, então, na formulação de Octavio Ianni, a construção de um Estado forte, centralizado e autoritário, que controlasse os setores sociais e políticos, e cuja finalidade primordial era garantir condições de florescimento do setor privado.

"Tratava-se de reforçar o 'centralismo autoritário'; a fim de que a política econômica governamental pudesse ser formulada e executada

¹⁴⁶ Idem, p. 266.

¹⁴⁷ Idem, p. 271.

¹⁴⁸ Idem, p. 230.

*com um mínimo de obstáculos e distorções; e o máximo de eficácia. (...) E a ação estatal destinava-se a propiciar condições favoráveis ao florescimento do setor privado.*¹⁴⁹

É interessante observar que o centro da análise de Octavio Ianni, a respeito das características, funções e objetivos do Estado que se constitui a partir do golpe de 64, repousa nas relações de dependência do Brasil frente ao capitalismo mundial e na necessidade de atendimento aos interesses externos em processo de expansão progressiva. Para isso, o Estado centralizado e autoritário elabora não só toda uma política econômica, conforme visto anteriormente, como também, ao procurar reprimir qualquer manifestação social ou política, o faz tendo em vista a necessidade de dar garantias aos investidores externos da situação de ordem, controle e tranquilidade que caracterizam o país. Na sua análise, as questões e os conflitos internos desempenham um papel secundário, coadjuvante, cedendo espaço a que os interesses econômicos externos passem a se tornar os definidores em última instância da História brasileira.

*"...o Estado foi levado a interferir de modo crescente na economia, principalmente para aperfeiçoar as condições propícias aos investimentos e negócios privados. Por um lado, o poder público reelaborou e aperfeiçoou as garantias políticas, para que os investidores estrangeiros pudessem sentir os seus interesses assegurados. (...) Por outro lado, o poder público também reelaborou e aperfeiçoou as condições indispensáveis ao funcionamento adequado (do ponto de vista da empresa privada) dos mercados de capital e de força de trabalho (...) Tratava-se de diminuir ou controlar os riscos políticos que poderiam ameaçar os investimentos privados, de origem interna ou externa."*¹⁵⁰

A necessidade de coerção social, na perspectiva de Octavio Ianni, obedece apenas a imperativos de ordem econômica, definidos, fundamentalmente, a partir dos investidores externos. Assim é que a repressão que se estabelece

¹⁴⁹Idem, p. 251.

¹⁵⁰Idem, p.274.

no seio do movimento operário, e as transformações pelas quais o sindicalismo é obrigado a passar, bem como a definição da própria política salarial adotada pelos governos militares, e vista por Ianni como mais um dos elementos constitutivos da política econômica global, estão voltados para o atendimento dos interesses dos compradores da força de trabalho.

"... a política salarial (como elemento básico da política operária governamental) recompôs as relações econômicas entre vendedores e compradores de força de trabalho. Essa recomposição, entretanto, foi realizada segundo os interesses dos compradores de força de trabalho, isto é, da empresa privada. Esse foi o contexto em que se realizou a 'contenção do populismo', bem como o encerramento da experiência com a 'democracia liberal'."¹⁵¹

Em síntese, percebe-se que, para Ianni, todo o movimento que visou a desagregação do Estado Populista e levou à destruição da experiência democrática tentada no período 46/64, inaugurando uma ditadura militar, prendeu-se, fundamentalmente, às necessidades de atendimento aos interesses econômicos em jogo, sintetizados, de uma forma ainda mais esquemática e determinista, nos "compradores de força de trabalho".

Assim como Octavio Ianni, Thomas Skidmore não está preocupado fundamentalmente em elaborar uma discussão conceitual a respeito do Estado que se estabelece no pós-64, apesar de, em diversos momentos, a ele se referir como "regime autoritário" e de caracterizar o movimento de 64 como "revolução". Entretanto, a partir da descrição que faz do processo político brasileiro neste período, também permite que se infira a sua concepção a respeito deste Estado e dos seus objetivos.

Por outro lado, considerando-se os fundamentos para a implantação do novo Estado, Thomas Skidmore difere da perspectiva de Octavio Ianni e inicia suas análises sobre o Estado inaugurado em 64 pelos conflitos verificados na política

¹⁵¹ Idem, p. 213.

interna. E Skidmore vai buscar as origens desses conflitos e, portanto, as raízes da "revolução" de 1964, no antipopulismo verificado ao longo da década de 50 e que teve como marco inicial a tentativa de golpe contra Getúlio Vargas em 54. Referindo-se ao movimento de 64, Skidmore afirma:

"Pela primeira vez o Exército estava unido numa posição ideológica contra o populismo. Essa posição foi pela primeira vez manifesta em fevereiro de 1954 quando o 'memorando dos coronéis' tinha sido uma solicitação velada da demissão de Goulart da pasta do Trabalho. Esse antipopulismo transformou-se, porém, no subsequente ultimato dos generais que acarretou o suicídio de Vargas em agosto de 1954. Agora, mesmo os moderados pró-legalidade chegavam à conclusão de que não se podia confiar em que os políticos populistas perturbassem o delicado equilíbrio social em que repousava a democracia brasileira.

*Fora a aparente destruição deste equilíbrio que levara os militares moderados a uma conspiração ofensiva.*¹⁵²

A conjuntura de grave crise econômica e de crescentes níveis de mobilização social, verificados no decorrer do Governo João Goulart, associada com a progressiva aproximação de Goulart das chamadas forças de esquerda e dos grupos nacionalistas radicais, são igualmente apontados por Skidmore como responsáveis pela mobilização conspiratória. As medidas tomadas por Goulart, nos dias que antecederam ao golpe (realização de comícios populares, anúncio da decretação de medidas nacionalistas, apoio à manifestações de quebra da disciplina militar), serviram para confirmar os temores da direita e dos militares e catalizaram o processo de conspiração golpista.¹⁵³

Segundo Skidmore, se os militares moderados tiveram um papel na liderança do movimento, eles, entretanto, não estavam sozinhos na articulação conspiratória. Não só isso, as forças responsáveis pela queda de Goulart e pela tarefa de

¹⁵² SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 367.

¹⁵³ Vide SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 36/43.

criação de uma nova estrutura política eram diversas em sua constituição e objetivos.

*"Mas as forças políticas que derrubaram o Governo Goulart estavam longe de ser unidas. Isto logo se evidenciou quando os revolucionários contemplaram o súbito vácuo de poder criado por sua audácia."*¹⁵⁴

Do movimento conspiratório, participaram, segundo o autor, "agressivos jovens militares" - os constituintes da linha-dura - que, conspiradores de primeira ordem, foram responsáveis por convencer os seus superiores moderados a participarem do movimento. Ainda, o autor salienta a participação de civis antigetulistas, políticos conservadores, que há muito idealizavam uma conspiração que pusesse cabo à herança populista de Vargas.¹⁵⁵ Não obstante, apesar da participação expressiva de civis, Skidmore caracteriza o movimento de 64 como eminentemente militar, já que os civis oposicionistas não teriam conseguido sozinhos derrubar o governo, tarefa que foi, portanto, assumida pelos militares.

*"João Goulart foi deposto por uma revolta militar. Sua fuga não tinha sido o resultado de ação da elite política civil."*¹⁵⁶

*"Aliás, foi a relativa fraqueza das forças civis adversárias do presidente que levaram oficiais de alto nível a concluir que somente sua intervenção podia salvar o Brasil de uma prolongada guerra civil."*¹⁵⁷

E, ao contrário dos episódios de intervenção militar verificados ao longo da década de 50, os militares não estavam dispostos a devolver o poder aos civis. O Supremo Comando Revolucionário, ao decretar o Ato Institucional No. 1, procurou deixar claras as bases sobre as quais as novas estruturas de poder estariam firmadas:

¹⁵⁴ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.368.

¹⁵⁵ Idem, p. 368/9.

¹⁵⁶ Idem, p. 370.

¹⁵⁷ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.44.

*"Este ato de Supremo Comando Revolucionário era uma resposta nova à crise de autoridade política que se evidenciava no Brasil desde os meados da década de 50. (...) O Ato Institucional era, pois, nova e decisiva resposta à manifesta incapacidade do Executivo Brasileiro de exercer a necessária autoridade."*¹⁵⁸

Uma vez inaugurado o novo momento político, iniciou-se, entre os militares moderados e a "linha-dura", uma disputa sobre qual destas facções exerceria a hegemonia do novo governo. Portanto, segundo Skidmore, havia uma incerteza inicial a respeito do novo sistema político:

*"Embora o colapso de uma política aberta tornou-se virtualmente certo no início de 1964, não havia nada inevitável acerca da exata natureza do novo sistema que emergiu. Aparentava ser um compromisso entre os dois maiores grupos que fizeram a 'revolução' - a linha-dura (autoritários) e os moderados."*¹⁵⁹

Nesta fase inicial do governo, o poder concentrou-se nas mãos da ala moderada, conhecida como a "Sorbonne", cuja liderança pertencia ao Presidente Castelo Branco. Para Skidmore, Castelo Branco não só tinha uma visão distinta do movimento, como enfrentou seguidamente as pressões da "linha-dura" pelo endurecimento do regime:

*"Durante os meses iniciais, Castelo Branco tentou dissociar seu regime da posição reacionária dos revolucionários da extrema direita. Ponderava que a revolução tinha sido feita para assegurar desenvolvimento econômico continuado e justiça social para todos. Mas a forte ênfase governamental dada ao anti-comunismo, combinada com a cassação dos direitos de uma figura nacional como Kubitschek, evidenciavam que a influência da linha-dura era grande."*¹⁶⁰

Em diversos outros momentos, Thomas Skidmore não se priva de acentuar as intenções democratizantes de Castelo

¹⁵⁸SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.373.

¹⁵⁹SKIDMORE, Thomas. "Politics and Economic Policy Making in Authoritarian Brazil, 1937-71". IN STEPAN, Alfred. Authoritarian Brazil. Origins, Policies and Future. New Haven and London: Yale University Press, 1973, p.5, tradução livre a partir do original.

¹⁶⁰SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.375.

Branco. Referindo-se à suspensão das eleições presidenciais previstas para 1965, procura enfatizar a posição do Presidente:

"A política deflacionária 'gradualista' de Campos e Bulhões não teria logrado seus objetivos na época da eleição presidencial marcada para outubro de 1965. Em julho de 1964, o Presidente Castelo Branco relutantemente concordou com uma emenda do Congresso que prolongava seu termo até 15 de março de 1967, marcando ao mesmo tempo a eleição para novembro de 1966."¹⁶¹ [grifo meu]

A mesma preocupação aparece ao referir-se aos decretos presidenciais e à Constituição de 1967, vistos como tentativas de imposição de entraves ao autoritarismo:

"A nova constituição e a avalanche de decretos do Executivo durante os últimos meses do governo Castelo Branco no início de 1967 representou um esforço final dos moderados em conter o novo poder arbitrário dentro de limites constitucionais."¹⁶²

Entretanto, se, ao longo do governo Castelo Branco, conseguiu-se manter um equilíbrio entre as duas facções militares, nos governos Costa e Silva e Médici, a linha-dura conseguiu impor o seu domínio, tendo o ano de 1968 e a edição do AI-5 representado o momento da virada política para o endurecimento do regime.¹⁶³

Thomas Skidmore centra sua análise sobre o autoritarismo do novo governo, não só em torno da necessidade de resolução da situação de conflitos políticos e crescente mobilização social, verificados nos primeiros momentos dos anos 60, mas, fundamentalmente, em torno da necessidade de resolução da crise econômica que embotava o desenvolvimento do país. Skidmore diagnostica com precisão a situação caótica em que vivia a economia brasileira desde o final do governo de Juscelino Kubitschek. Ao seu ver, o descontrole da dívida

¹⁶¹Idem, p.375.

¹⁶²SKIDMORE, Thomas. "Politics and Economic Policy Making in Authoritarian Brazil, 1937-71". IN STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil. Origins, Policies and Future*. New Haven and London: Yale University Press, 1973, p.11.

¹⁶³Idem, p.p.14-5.

externa e do balanço de pagamentos e os crescentes índices de inflação haviam colocado a economia brasileira em situação de verdadeiro caos. Para ele, as tarefas básicas do novo governo eram o combate à situação inflacionária e a reabilitação do setor privado, o que levaria à recuperação da credibilidade do Brasil frente aos organismos financeiros internacionais. Entretanto, segundo Skidmore, a adoção de uma política antiinflacionária, que pressupõe a tomada de medidas impopulares, revestia-se de profundas dificuldades, restando o autoritarismo do governo como saída para viabilizar o encaminhamento de um plano de combate à inflação. Dessa forma, justifica-se o autoritarismo pela necessidade de combater a crise econômica.

"O Governo Castelo Branco escolheu como saída uma política administrativa que o Governo Goulart parece ter considerado em 1964: uma solução francamente antidemocrática. De vez que o diagnóstico econômico sugeria que não havia alternativa a um rigoroso plano antiinflação e uma constante atenção à necessidade de renegociar e regularizar a dívida externa, o Governo Castelo Branco relegou o retorno ao governo constitucional a um plano secundário. Levou às derradeiras conseqüências o que parecia ser a lógica inerente às medidas desesperadas de Quadros e Goulart: uma suspensão do processo democrático normal durante um período de emergência."¹⁶⁴

A insistência de Skidmore, em justificar o autoritarismo do governo como a única garantia para superação da crise econômica, prossegue, em diversos momentos, apesar de chegar a questionar se a solução autoritária seria a única saída para resolver a situação de crise político-econômica.¹⁶⁵ Para ele, um governo eleito dificilmente conseguiria adotar um programa de estabilização econômica que garantisse o crescimento econômico dentro do sistema capitalista, já que os interesses atingidos seriam numerosos: da classe trabalhadora, vítima do arrocho salarial, ao empresariado local, submetido à

¹⁶⁴ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.384.

¹⁶⁵ "A questão histórica recorrente que surge de um exame do período 1945-1964 é a seguinte: a solução autoritária seria realmente a única saída para o impasse político? Em que ponto a suspensão do sistema democrático se tornou inevitável?" Idem, p.385.

concorrência com as empresas estrangeiras. Sendo assim, as lideranças políticas tradicionais não conseguiriam resolver a crise e o apelo ao crescente autoritarismo era uma escolha inevitável diante da situação vigente.

"...permanece o fato de que a necessidade de escolhas impopulares e dolorosas na política econômica impunha graves limites ao potencial de liderança política populista ou carismática. (...)

*No outono de 1966 era claro que o Governo Castelo Branco tinha escolhido (ou sentia-se a isso forçado) fechar cada vez mais o sistema político. A justificação imediata era a necessidade de continuar um programa de desenvolvimento econômico e de antiinflação reconhecidamente impopular, no entanto essencial.*¹⁶⁶

Na visão de Skidmore, o novo Estado, erigido e dominado pelos militares, dada a franca incapacidade dos políticos tradicionais em administrá-lo, era governado por um corpo de tecnocratas preocupados, prioritariamente, em promover o desenvolvimento econômico brasileiro. E nesse processo, a entrada do capital estrangeiro era considerada fundamental, levando a que a política econômica adotada estivesse voltada para a criação de uma situação que propiciasse a atração desse capital.

*"Concessões especiais foram dadas para investidores privados estrangeiros, que eram considerados como uma parte indispensável do futuro do Brasil."*¹⁶⁷

Ainda, para Skidmore, esse desenvolvimento econômico direcionava-se prioritariamente para a recuperação do setor privado e, mais especificamente, para os setores médios e altos da economia local, que dispunham de maiores oportunidades de consumo e investimentos. Entretanto, apesar do papel reservado ao setor privado dentro da nova política econômica, o regime autoritário procurou garantir o não desmantelamento das

¹⁶⁶Idem, pp.385-6.

¹⁶⁷SKIDMORE, Thomas. "Politics and Economic Policy Making in Authoritarian Brazil, 1937-71". IN: STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil. Origins, Policies and Future*. New Haven and London: Yale University Press, 1973, p.41.

empresas estatais, promovendo uma expansão significativa do setor público.

"Após 64, contudo, supunha-se que a iniciativa deveria voltar ao setor privado. Na teoria, ao menos, os revolucionários de 64 repudiavam as políticas que tinham prejudicado os negócios privados, seja externos ou domésticos. Entretanto, nenhuma das maiores corporações estatais foi desmantelada. Ao contrário, elas foram reorganizadas, registrando-se um aumento na produção e produtividade. O resultado foi um governo voltado para a livre empresa que ajudou a tornar o setor estatal mais efetivo, enquanto que ao mesmo tempo criava condições nas quais os negócios privados podiam prosperar."¹⁶⁸

Finalmente, para a consecução destes objetivos, era fundamental que os tecnocratas estivessem a salvo das pressões e reivindicações populares, condição que lhes era proporcionada pela repressão imposta pela linha-dura. Configurava-se, portanto, uma aliança entre os militares linha-dura e os tecnocratas na direção do novo Estado.

"Dada esta relativa independência das pressões que poderiam ser trazidas pelas massas marginalizadas, os tecnocratas ficaram livres para perseguir uma economia política baseada no mercado voltado para a sociedade de alto consumo da industrializada região Centro-Sul. Políticas foram escolhidas para estimular a economia capitalista mista gerada pela demanda de consumo dos setores médios e altos."¹⁶⁹

Em síntese, pode-se afirmar que, para o autor, com a "revolução" de 64 desenhou-se um regime autoritário, comandado pelos militares, em associação com os tecnocratas, e voltado para o atendimento aos interesses privados dos setores mais altos da economia, sem, entretanto, deixar de garantir o crescimento do setor estatal. Na sua análise, o autoritarismo explica-se pela necessidade da adoção de medidas que garantissem a recuperação econômica e, para que tal objetivo fosse atingido, duas condições faziam-se necessárias: a instalação da repressão e a atração ao capital externo.

¹⁶⁸ Idem, p.41.

¹⁶⁹ Idem, p.27.

Maria Helena Moreira Alves, em seu trabalho *Estado e Oposição no Brasil (1964/1984)*, ao analisar o período autoritário pós-64, além de submetê-lo a um completo e exaustivo estudo, também procura proceder a uma profunda discussão teórica a respeito do Estado que se constitui neste período, chegando a desenvolver uma elaboração conceitual com a qual caracteriza a estrutura estatal constituída a partir dos governos militares: Estado de Segurança Nacional.

Assim como Octavio Ianni e, de uma forma ainda mais explícita, posto que se preocupa em desenvolver uma discussão teórica a respeito, Maria Helena Moreira Alves tem como pressuposto teórico, para a análise do Estado de Segurança Nacional, a teoria da dependência. No primeiro parágrafo de seu livro, ao discorrer sobre os objetivos de seu trabalho, assim se refere ao contexto pós-64:

"Tais processos de mudanças inserem-se, entretanto, num contexto mais amplo: devem ser considerados em relação ao papel específico que a economia brasileira tem desempenhado no sistema econômico mundial. A crescente penetração do capital internacional após meados da década de 50 configurou uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital de Estado. Pelo final daquela década, o Brasil vivia um processo de desenvolvimento caracterizado por situação de dependência baseada num 'tripé econômico' que seria reforçado após o golpe militar de 31 de março de 1964."¹⁷⁰

Segundo a autora, a situação de dependência, no contexto da economia capitalista mundial, não significa ausência de desenvolvimento econômico, mas um desenvolvimento não autônomo, controlado pelas necessidades e interesses do mercado internacional e que provoca graves distorções nas economias e sociedades periféricas (dependentes): desigualdades regionais, concentração de renda, desemprego etc. A situação de subordinação, frente aos centros hegemônicos

¹⁷⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964/1984)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984, p.19.

capitalistas, é salientada pela autora que, inclusive, a aponta como elemento determinante para o golpe de 64:

"A situação de dependência impõe portanto um complexo relacionamento entre o desenvolvimento capitalista local e a expansão de todo um sistema capitalista mundial, disso resultando que o controle sobre o processo permanece nas mãos de protagonistas e instituições internas e externas à nação. (...)

O desenvolvimento dependente e os específicos interesses internacionais e nacionais a eles associados formam o pano de fundo indispensável à avaliação da conspiração civil e militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart, no Brasil, a 31 de março de 1964."⁷¹

Algumas questões fundamentais, presentes na análise de M.H.M. Alves, podem ser percebidas a partir da colocação acima, permitindo a construção de pontos de aproximação e diferenciação em relação aos autores já trabalhados. Uma questão fundamental e que exerce um papel central em sua análise, é o espaço reservado aos interesses do capital internacional, não só na conspiração golpista mas, sobretudo, na montagem do Estado de Segurança Nacional. Entretanto, para a autora, os interesses do capital internacional, se elemento central na estrutura autoritária, não exerceram esse papel de uma forma isolada e absolutamente determinante frente aos interesses locais. Ao contrário, o capital externo penetrou na economia brasileira de forma associada ao capital local, o qual também tinha profundos interesses na montagem de um Estado forte e autoritário. Portanto, na análise de M.H.M. Alves, aos conflitos e questões internas está reservado um espaço de igual dimensão ao dos interesses do capital externo:

"Dessa maneira, a dependência implica o desenvolvimento de 'classes clientelísticas' cujos interesses associam-se, por meio da propriedade conjunta e de mecanismos formais de cooperação, ao capital estrangeiro, e que portanto apóiam ativamente a penetração internacional da economia nacional."⁷²

⁷¹Idem, pp. 20-1.

⁷²Idem, p.21.

Esse papel central reservado, também, aos interesses do capital local, reflete-se na definição da autora quanto à articulação golpista. Ao contrário do enunciado de Thomas Skidmore, que via 64 como um movimento eminentemente militar, M.H.M. Alves considera a conspiração golpista como um movimento do qual também participaram os civis:

"A tomada do poder de Estado foi precedida de uma bem orquestrada política de desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros - em especial um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). Documentos recentemente tornados públicos demonstram que o governo norte-americano, através da CIA, agiu em ??

habituaadas a exercer uma dominação inquestionável. Portanto, além de interesses econômicos, a articulação golpista foi movida em função de questões políticas e ideológicas:

"A rápida organização da classe trabalhadora e do campesinato assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas a mínimas concessões em questões como salários, condições de trabalho ou mesmo organização sindical. O exemplo de Cuba aumentou o medo de uma revolução que derrubasse o sistema com sérias perdas para o capital nacional e multinacional. O sistema de democracia formal que vigorava no país desde o fim do Estado Novo, em 1946, passou a sofrer constantes crises institucionais. A maior participação de setores da sociedade até então marginalizados pôs em confronto exigências e interesses irreconciliáveis num sistema de desenvolvimento dependente-capitalista."¹⁷³

Para M.H.M. Alves, o Estado de Segurança Nacional é considerado como uma forma autoritária de capitalismo de Estado, cujas bases ideológicas repousam na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, elaborada pelos teóricos vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG). Os

¹⁷³Idem, p. 22.

pressupostos ideológicos presentes nesta Doutrina foram, então, incorporados pelos mentores do Estado de Segurança Nacional e utilizados para a montagem de um Estado fortemente centralizado, antidemocrático e autoritário, que permitisse e garantisse o prosseguimento do processo de desenvolvimento capitalista dependente, ameaçado pela crescente mobilização popular.

"A ideologia da segurança nacional contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente. (...)

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tem sido utilizada para justificar a imposição de um sistema de controles e dominação."⁷⁴

Os dois elementos básicos, presentes na ideologia de segurança nacional e incorporados pelo Estado de Segurança Nacional, são, segundo M.H.M. Alves, os conceitos indissociáveis de "desenvolvimento econômico" e "segurança interna", que se tornaram, portanto, os pilares definidores daquele Estado. A obtenção do desenvolvimento econômico funciona como mecanismo básico de legitimação do Estado enquanto que, através da segurança interna, o Estado garante as condições necessárias - consubstanciadas em um ambiente interno caracterizado por um clima de ordem e paz social, confiável e atraente ao capital estrangeiro - para a realização daquele desenvolvimento. Por outro lado, a relação inversa também se verifica, ou seja, de acordo com a doutrina da ESG, para que haja segurança interna também é necessária a existência do desenvolvimento econômico. Os dois conceitos são, portanto, indissociáveis, haja vista, que para a obtenção do primeiro, necessário se faz a existência do segundo e vice-versa. Através do binômio "segurança com desenvolvimento", dota-se

⁷⁴Idem, p.26.

o Estado da legitimação ideológica para seu crescente autoritarismo.

"...a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos 'inimigos internos' e da 'guerra psicológica'. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. O slogan governamental 'segurança com desenvolvimento' associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o 'inimigo interno'. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de 'inimigos internos' ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso mesmo de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista."¹⁷³

O conceito de segurança interna está vinculado à noção de guerra revolucionária e subversão interna, na qual a ameaça da infiltração comunista e o crescimento dos movimentos sociais das camadas populares eram considerados como exemplos de uma situação que já estaria ocorrendo no Brasil. Partindo do pressuposto de que os países comunistas, em sua estratégia expansionista, procuram infiltrar-se no interior das sociedades, explorando suas vulnerabilidades e atraindo sua população para, em seguida, jogá-las contra as autoridades, faz-se mister a defesa do país, não contra um inimigo externo e sim, contra um "inimigo interno", visto que toda a população torna-se suspeita potencial de estar agindo em cumplicidade com os princípios comunistas. Surge, então, vinculado ao conceito de segurança interna, o conceito de "inimigo interno", permitindo ao Estado a perseguição indiscriminada a qualquer um de seus cidadãos. Nesta busca do "inimigo interno", que pode se encontrar em qualquer parte da sociedade civil, cria-se uma rede

¹⁷³Idem, pp.26-7.

de coleta de informações que penetra no âmago de todos os setores (político, educacional, artístico, militar etc) da sociedade.¹⁷⁶

Como se vê, a ideologia da segurança interna, na perspectiva de análise de M.H.M. Alves, garante ao Estado mecanismos que justificam e incentivam tanto o controle da população quanto o uso generalizado da repressão. Uma vez que a definição de 'inimigo interno' e subversão fica a cargo do próprio Estado, verifica-se um processo de hipertrofia que atinge os setores diretamente ligados ao Aparelho Repressivo e ao setor de informação que se tornam "...os detentores de facto do poder no interior do Estado de Segurança Nacional".¹⁷⁷ Semelhante situação implica uma total perda por parte da população, das garantias de respeito aos seus direitos pelo Estado, que se torna senhor absoluto dos destinos da nação, estabelecendo, comumente, práticas como prisões arbitrárias, torturas e cerceamento da liberdade de expressão dos cidadãos.

O conceito de desenvolvimento econômico, associado, como foi visto, ao conceito de segurança interna, constitui-se no segundo pilar definidor do Estado de Segurança Nacional. De acordo com M.H.M. Alves, o modelo econômico considerado pela ESG como capaz de realizar este desenvolvimento econômico tem como elemento central a participação de capitais estrangeiros na economia nacional. Preconiza, portanto, o capitalismo associado-dependente, no qual o capital privado nacional e o capital de Estado associam-se às multinacionais, em uma posição de franca dependência. As conseqüências desta associação em bases de dependência configuram-se, para a autora, no processo de desnacionalização da economia brasileira. Esta desnacionalização da economia acentua-se, ainda, em decorrência do processo de absorção, por empresas estrangeiras, de firmas brasileiras falidas diante das dificuldades de concorrência com o capital externo.¹⁷⁸

¹⁷⁶Idem, pp. 36-40.

¹⁷⁷Idem, p.41.

¹⁷⁸Idem, pp. 74-6.

A meta do desenvolvimento econômico consiste na dinamização de toda uma infraestrutura que permita uma efetiva e rápida acumulação de capital. Neste ponto, a participação do Estado na economia é vista, pelos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional, como fundamental: o capitalismo liberal, regido pelas leis de mercado, é considerado ultrapassado, devendo o Estado intervir na economia, seja regulando estas relações de mercado, seja planificando-a de forma centralizada ou, finalmente, participando diretamente no investimento da infraestrutura ou da produção direta. Essas novas atribuições fazem com que o Estado de Segurança Nacional configure-se, na análise de M.H.M. Alves, em uma forma de capitalismo de Estado, ao contrário da perspectiva de Octavio Ianni.

"O capitalismo moderno, na ótica da ESG, deve buscar um modelo baseado em forte interferência do Estado no planejamento econômico nacional, na produção direta e no investimento infraestrutural, com eventual apropriação direta dos recursos naturais por este mesmo Estado. O modelo mais se aproxima, portanto, do capitalismo de Estado que da variante de laissez-faire."¹⁷⁹

Na elaboração do modelo econômico da Doutrina de Segurança Nacional, cabe às necessidades básicas da população um papel secundário. O objetivo principal deste modelo econômico é a montagem de toda uma infraestrutura que, somada ao controle da economia pelo Estado de Segurança Nacional, garanta o avanço do processo de desenvolvimento econômico, considerado, como já foi visto, elemento indispensável para a segurança interna. Portanto, os programas voltados para uma melhoria no nível de vida da população, como saúde pública e saneamento básico, transportes públicos, habitação, educação primária etc, são considerados secundários.¹⁸⁰

Apreendido em seu conjunto, o Estado de Segurança Nacional revela-se um Estado autoritário, repressivo,

¹⁷⁹Idem, p. 50.

¹⁸⁰Idem, p. 51.

centralizador, com um projeto de desenvolvimento econômico voltado não para o atendimento da população - esta, ao contrário, além de sofrer uma severa repressão, foi submetida a um processo de arrocho salarial decorrente da nova política salarial - e sim, para o favorecimento das grandes empresas estrangeiras e nacionais-associadas. Entretanto, ao contrário da análise de Octavio Ianni, para quem todas as medidas adotadas pelo Estado estavam voltadas unicamente para o atendimento dos interesses do capital, a abordagem de M.H.M. Alves permite inferir que o Estado possui alguns interesses próprios - vinculados essencialmente com as necessidades de segurança interna (ocupação e integração do território nacional através da expansão da rede de transportes, desenvolvimento de rede de comunicações, aperfeiçoamento científico, tecnológico e industrial, investimento em estratégias de defesa militar) e capazes, portanto, de reverter a situação de vulnerabilidade da Nação frente a ataques externos. São interesses que extrapolam as necessidades das empresas capitalistas e que não se restringem unicamente a interesses de ordem econômica.

Portanto, a partir desta análise, é lícito se concluir que, para M.H.M. Alves, o Estado de Segurança Nacional autonomiza-se em relação aos atores sociais e passa a constituir-se, ele próprio, em um sujeito histórico autônomo, independente, desvinculado das classes sociais, dotado de uma vontade e de um projeto no qual o atendimento aos interesses de um setor social constitui-se opção própria e não consequência do fato dele ser, originariamente, gerado para servir e atender aos interesses de um grupo social pré-determinado.

Manuel Antonio Garretón, em seu trabalho *Em torno da Discussão Sobre os Novos Regimes Autoritários na América Latina*, também procura discutir teoricamente os processos ocorridos nas décadas de 60 e 70 não só no Brasil como também em demais países da América Latina, após a tomada do poder pelos militares. Entretanto, ao contrário dos autores anteriores, Garretón não trabalha conceitualmente com a categoria Estado

Garretón também se filia à corrente que incorpora em suas análises a Teoria da Dependência e, para ele, a crise política existente na sociedade verifica-se em um momento em que duas alternativas distintas ao desenvolvimento capitalista estão colocadas: o aprofundamento do processo de democratização, com conseqüente alteração no desenvolvimento "capitalista dependente" ou, ao contrário, o aprofundamento deste padrão econômico, acompanhado da liquidação do processo de democratização e do regime político vigente.¹⁸³ Em decorrência da necessidade de reverter esta crise, a dimensão reativa do regime se expressa.

"Perante a ameaça que paira sobre a ordem como fruto da mobilização popular, acompanhada de crescente radicalização ideológica, polarização e, em alguns casos, de crise de funcionamento da sociedade, o que se procura é estabelecer a ordem, desmobilizar, 'normalizar', 'apaziguar'. Isto exige a ruptura do regime político, o que por sua vez requer a presença do ator dotado de força e, para alguns, de legitimidade: as Forças Armadas."¹⁸⁴

Esta crise política de origem desempenha um papel fundamental na configuração da intensidade e alcance da dimensão reativa (também chamada por Garretón de lógica defensiva) do regime, à medida que a profundidade da repressão que se instala, vincula-se ao grau de articulação e mobilização ideológica das forças populares bem como ao grau em que esta mobilização e a própria crise política são vistas pelos setores dominantes como uma ameaça ao sistema.¹⁸⁵ Em torno desta premissa, Garretón desenvolve um raciocínio inovador, que rompe com análises economicistas e incorpora "...as mediações das relações de classe"¹⁸⁶; a dimensão reativa ou defensiva não se explica apenas pelas necessidades de normalização da

¹⁸³Paralelo ao claramente que Garretón, assim como os autores anteriores, filia-se à Teoria da Dependência. Entretanto, ao contrário das análises que procuram explicar os processos ocorridos a partir unicamente das mediações externas, Garretón preocupa-se em elaborar uma análise na qual as questões internas assumam um papel igualmente determinante para o desenrolar dos fatos.

¹⁸⁴Idem, p. 169.

¹⁸⁵Idem, p. 169.

¹⁸⁶Idem, p. 169.

Garretón também se filia à corrente que incorpora em suas análises a Teoria da Dependência e, para ele, a crise política existente na sociedade verifica-se em um momento em que duas alternativas distintas ao desenvolvimento capitalista estão colocadas: o aprofundamento do processo de democratização, com conseqüente alteração no desenvolvimento "capitalista dependente" ou, ao contrário, o aprofundamento deste padrão econômico, acompanhado da liquidação do processo de democratização e do regime político vigente.¹⁸³ Em decorrência da necessidade de reverter esta crise, a dimensão reativa do regime se expressa.

"Perante a ameaça que paira sobre a ordem como fruto da mobilização popular, acompanhada de crescente radicalização ideológica, polarização e, em alguns casos, de crise de funcionamento da sociedade, o que se procura é estabelecer a ordem, desmobilizar, 'normalizar', 'apaziguar'. Isto exige a ruptura do regime político, o que por sua vez requer a presença do ator dotado de força e, para alguns, de legitimidade: as Forças Armadas."¹⁸⁴

Esta crise política de origem desempenha um papel fundamental na configuração da intensidade e alcance da dimensão reativa (também chamada por Garretón de lógica defensiva) do regime, à medida que a profundidade da repressão que se instala, vincula-se ao grau de articulação e mobilização ideológica das forças populares bem como ao grau em que esta mobilização e a própria crise política são vistas pelos setores dominantes como uma ameaça ao sistema.¹⁸⁵ Em torno desta premissa, Garretón desenvolve um raciocínio inovador, que rompe com análises economicistas e incorpora "...as mediações das relações de classe"¹⁸⁶; a dimensão reativa ou defensiva não se explica apenas pelas necessidades de normalização da

¹⁸³Paralelo ao claramente que Garretón, assim como os autores anteriores, filia-se à Teoria da Dependência. Entretanto, ao contrário das análises que procuram explicar os processos ocorridos a partir unicamente das mediações externas, Garretón preocupa-se em elaborar uma análise na qual as questões internas assumam um papel igualmente determinante para o desenrolar dos fatos.

¹⁸⁴Idem, p. 169.

¹⁸⁵Idem, p. 169.

¹⁸⁶Idem, p. 169.

economia, mas obedece a uma lógica própria, derivada do confronto de classes existente anteriormente.

*"Considerando-se somente os requerimentos 'estruturais' de normalização ou estabilização econômica, eles não explicam, per si, certos aspectos repressivos e de controle social que, às vezes, podem parecer 'excessivos' em relação aos primeiros. (...) A dinâmica do confronto de classes e sua subjetivação são elementos objetivos, que têm sua própria lógica, às vezes independente das exigências da base material de desenvolvimento."*¹⁸⁷

A segunda dimensão, ou seja, a perspectiva de construção de um projeto histórico, configura, na conceitualização de Garretón, a lógica inaugural destes regimes autoritários. Sendo assim, esses regimes trazem na sua origem a perspectiva de ruptura com um projeto anterior e a criação de um novo, mais adequado à conjuntura internacional do momento.

*"Não se trata agora apenas do aspecto defensivo ou reativo, mas de uma tentativa de transformação do conjunto da sociedade numa determinada direção. Os determinantes deste projeto histórico parecem ser dois. Por um lado, uma crise do capitalismo nacional, ou, em outros termos, a passagem a uma fase distinta do seu processo de acumulação e desenvolvimento. Por outro lado, um processo de reestruturação capitalista ao nível mundial, no qual se atribui certo papel ou função aos países da periferia capitalista."*¹⁸⁸

O projeto histórico destes regimes corresponde, portanto, à tarefa de normalização da economia, no sentido de reorientá-la conforme as diretrizes do sistema capitalista mundial. O que se pretende, portanto, é redirecionar o padrão de desenvolvimento capitalista vigente até então, caracterizado por distorções e problemas estruturais, garantindo "...um processo de reestruturação capitalista interna e de reinserção no sistema capitalista mundial."¹⁸⁹

¹⁸⁷Idem, p.170.

¹⁸⁸Idem, p.171.

¹⁸⁹Idem, p.171.

A partir da análise das duas dimensões definidoras dos regime autoritários, Garretón procura discutir a inevitabilidade da relação entre as necessidades de reestruturação e reinserção capitalista e a implantação de um modelo político autoritário. Para ele, esta relação estrutural existe, pois, para a normalização da economia, necessário se faz desmobilizar setores politicamente ativos e, para isso, a repressão e o controle político são indispensáveis. O autoritarismo se torna, então, fundamental para conter as insatisfações dos setores excluídos pelo novo modelo econômico e, conseqüentemente, conquistar confiança externa, imprescindível para o ingresso de capital.

Entretanto, mais uma vez Garretón enfatiza a necessidade de não se tentar explicar a organização sócio-política estritamente em função da base econômica. Mais uma vez ele volta a insistir no papel de mediação desempenhado pelas classes sociais, ou seja, a instalação de um novo modelo político responde não só às necessidades provenientes da implantação de um novo modelo econômico, mas também aos conflitos existentes entre diferentes classes sociais no interior de uma determinada sociedade e que podem ser traduzidos pela busca de hegemonia:

"Mas uma tentativa do tipo revolucionário (...) é feita por classes ou frações de classes e grupos sociais. Seu projeto é o resultado das relações que se estabelecem tanto entre eles próprios como com o conjunto da sociedade, enquanto novo bloco dominante. De modo que a dinâmica fundamental que se desenvolve na sociedade é a da busca de uma imposição hegemônica no interior desse bloco, e dele sobre o conjunto, enfrentando as resistências dos setores que se tenta subordinar. Esta busca de hegemonia, cujo eixo é a reestruturação e a reinserção capitalista, não se reduz a exigências econômicas. Assim, é possível interpretar as transformações sociais como a expressão de um processo em virtude do qual o bloco dominante procura resolver seus problemas internos e externos de hegemonia, construindo e dirigindo uma estrutura social coerente em todas as suas dimensões. Há, sem dúvida, 'exigências' do modelo econômico, mas há também problemas de hegemonia não resolvidos..."¹⁹⁰

¹⁹⁰Idem, p.174

É interessante perceber-se que, por trás da disputa entre as classes sociais e da busca pela hegemonia, reside, na discussão desenvolvida por Garretón, uma concepção a respeito do papel do Estado e dos grupos sociais que se enquadra na mesma matriz teórica daquela presente na análise de Maria Helena Moreira Alves. Para Garretón, os regimes autoritários também constituem-se em momentos nos quais o Estado autonomiza-se frente aos atores sociais, tornando-se responsáveis pela implementação de um determinado projeto.

"O conjunto de mudanças que estes regimes tentam introduzir ou introduzem na sociedade correspondem a transformações do tipo revolucionário. É possível pensar em termos de conteúdo e método, em um projeto de revolução capitalista tardia, do tipo de revolução "pelo alto" em que, a partir do Estado e com uma participação das Forças Armadas, não se procura uma restauração da ordem perdida, mas sim uma reordenação, em outras bases, do conjunto da sociedade."¹⁹¹

Guillermo O'Donnell é um dos autores que mais se preocupou com a discussão teórica a respeito dos Estados autoritários que emergiram na América Latina, a partir dos anos 60. Conseqüentemente, é um dos que apresentou uma das mais aprofundadas e elaboradas conceituações a respeito destes Estados, apesar de não imune a críticas e divergências.

Nesse trabalho, pretende-se analisar o processo de construção teórica desenvolvido por O'Donnell, com base na análise de duas das suas obras: "Análise do Autoritarismo Burocrático", escrito entre 1974 e 1976 e publicado apenas em 1990 e "BA - Reflexões", escrito em 1975, publicado em 1979 como capítulo de um livro organizado por Paulo Sérgio Pinheiro e republicado em 1987.¹⁹² Esse rastreamento dos textos desenvolvidos por Guillermo O'Donnell é importante por permitir a percepção do processo de ampliação e aprofundamento de suas análises; essas obras não só crescem em termos do alcance da apreensão do Estado Burocrático

¹⁹¹Idem, p.173.

¹⁹²Para as referências, vide nota 1.

Autoritário (BA) - expressão pela qual O'Donnell se refere a esses Estados autoritários- como também centram-se, cada uma, na análise de diferentes aspectos do mesmo, chegando, inclusive, a alterar algumas concepções desenvolvidas anteriormente. Desta forma, em "Análise do BA", o autor preocupa-se, sobretudo, em discutir teoricamente a conjuntura que antecede a implantação destes Estados, enquanto que, no texto seguinte, "BA - Reflexões", são aprofundados os aspectos envolvendo a própria conceituação do Estado BA: seu funcionamento e impactos sociais.

Inicialmente, é importante salientar que, na argumentação desenvolvida por O'Donnell, o pressuposto teórico balizador das suas análises é a Teoria da Dependência. Assim, ao caracterizar a economia latino-americana (o que traz profundas implicações para a discussão política), o autor enfatiza a relação de dependência destes países frente aos centros capitalistas hegemônicos.

"É um capitalismo dependente, porque o seu funcionamento 'normal' entra em um decisivo papel do capital transnacional e porque a acumulação no seu mercado não se encerra aí, sendo uma torneira aberta para os grandes centros do capitalismo mundial. Mas - embora tardio e dependente - é também um capitalismo extensamente industrializado, tanto devido ao forte peso da indústria quanto pelo alto grau em que esta determina as características e modalidades de articulação do conjunto das classes."¹⁹³

Segundo O'Donnell, no processo de implantação do BA, encontra-se, originariamente, uma situação de crise que é vista e sentida pelos setores dominantes como uma ameaça à continuidade do sistema capitalista.

"A confluência daquelas crises (...) permitem então entender o BA como resultado da atemorizada reação da burguesia (e seus aliados internos e externos) diante de um processo ocorrido em sociedades dependentes porém extensamente industrializadas que, impulsionado

¹⁹³O'DONNELL, Guillermo. Análise do Autoritarismo Burocrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 36.

*por uma crescente ativação popular, parece ameaçar (...) os parâmetros capitalistas e as filiações internacionais desses países.*¹⁹⁴

Na discussão a respeito dessas crises que marcaram a conjuntura de implantação do BA, três questões são fundamentais, na perspectiva de O'Donnell. Primeiro, estas crises atingem o "Estado de compromisso", Estado nacional popular que substituiu o antigo Estado Oligárquico. Segundo, são crises marcadas, basicamente, pela ativa participação popular propiciada pelo Estado nacional popular. Terceiro, essas crises instalaram-se em um Estado caracterizado por uma economia capitalista dependente, vivendo um processo de franca transnacionalização.

*"Essa recomposição das classes dominantes marcou os limites de um processo que não obstante colocava na arena política vastos setores populares e permite entender que o Estado não pudesse proporcionar nem uma articulação mais ou menos fácil entre aquelas nem uma hegemonia sobre as classes subordinadas. O 'Estado de compromisso' foi viável enquanto o popular como conteúdo principal da nação não encontrou, nas suas reivindicações de justiça substantiva, limites nas modalidades em que tendia a expandir-se uma economia que, mais ou menos simultaneamente, transnacionalizou-se profundamente.*¹⁹⁵

Por outro lado, além de viver um processo de transnacionalização, a economia deste período estava marcada pelo seu desempenho ineficiente diante das necessidades de expansão do capitalismo. Somavam-se, portanto, os aspectos de crise econômica e de crise política à situação que antecede a instalação do BA e que era vista pelos setores dominantes como uma situação de ameaça à existência do próprio capitalismo.

"...a crise econômica estava interpenetrada com uma não menos profunda crise política. Os processos de emergência popular incluíram, entre outras coisas, a expansão de um setor popular concentrado em grandes centros urbanos, que abrangia uma classe

¹⁹⁴ Idem, p. 24.

¹⁹⁵ Idem, p. 34.

operária concentrada numérica e geograficamente pelos concomitantes processos de extensão da indústria. (...)

Além disso, do ponto de vista das classes e setores dominantes - externos e internos-, essa crise implicava em que não só se satisfaziam as condições gerais de funcionamento normal dessas economias mas também que se podia chegar ao término - mais ou menos iminente segundo os casos - do próprio capitalismo. Este risco -que implicava a muita pessimista das predições- foi determinante não só para a implantação do Estado BA mas também para as suas características de exclusão em diversos planos.¹⁰⁶

Como se pode perceber, a existência de uma crise que antecede a implantação do BA, desempenha um papel central na análise de O'Donnell. Sendo assim, ele procura elaborar toda uma tipologia dos diversos níveis de crise social e/ou política que podem verificar-se. No seu esquema, as crises variam de uma simples "instabilidade política" até uma crise "de dominação", passando por crise de regime, crise de expansão da arena política e crise de acumulação. Além disso, essas situações de crise podem se somar e se combinar de diferentes modos.

A crise de dominação, também chamada de "crise do Estado" ou "crise de hegemonia", é marcada pelo questionamento das relações sociais de uma sociedade, chegando ao questionamento da própria ordem capitalista existente. Reveste-se de vital importância, pois representa ameaça de sobrevivência aos setores dominantes e implica, em última instância, a falência do Estado na manutenção do sistema de dominação e, portanto, o fracasso da sua própria existência.

"Esta é a crise que põe em jogo diretamente a relação entre classes e através dela, como temor mais ou menos iminente da burguesia, a sua própria existência enquanto tal. (...) Insistindo sobre um ponto central (...) a crise da hegemonia da dominação social também é a crise do Estado. Mas não é só, nem tanto, a crise do Estado como aparelho institucional. É a crise do Estado na sua dimensão fundante e originária: crise do Estado na sociedade. É o 'fracasso' do Estado como aspecto fiador e organizador das relações sociais fundamentais em uma sociedade capitalista. (...) Crise da dominação social, da

¹⁰⁶ *Idem*, p. 52.

*dominação celular, da hegemonia e do Estado na sociedade são, portanto, termos equivalentes.*¹⁹⁷

Se a conjuntura de crise é definidora dos processos de implantação do BA, há um elemento desta crise que, na perspectiva de O'Donnell, torna-se fundamental para o entendimento de um aspecto central daquele tipo de Estado, inclusive, diferenciando-o de outros Estados autoritários: a presença ativa do setor popular no cenário político. Diante desta presença, cabe ao BA, como tarefa básica, o seu controle ou eliminação.

*"Assim, o que dá ao BA a sua especificidade histórica é que os que levam a cabo e apóiam a sua implantação coincidem em que o requisito principal para extirpar a crise é subordinar e controlar estritamente o setor popular, reverter a tendência autonomista das suas organizações de classe e eliminar as suas expressões na arena política."*¹⁹⁸

Partindo dessa análise, referente à situação na qual emerge o BA, O'Donnell descreve-o como um Estado autoritário distinto de outras formas de autoritarismos, como aquele tradicional de base agrária, o populismo e o fascismo¹⁹⁹, e que apresenta as seguintes características:

1. Garante a dominação exercida pelas frações superiores de uma burguesia oligopolizada e transnacionalizada;
2. Está voltado para as tarefas básicas de reimplantação da ordem e normalização da economia desempenhando, portanto, um papel especial as organizações institucionais responsáveis pela coerção e direção econômica;
3. Garante a exclusão política do setor popular, visando reimplantar a ordem na sociedade;
4. Garante a supressão da cidadania e do popular;
5. Garante a exclusão econômica do setor popular ao orientar a economia em direção aos grandes oligopólios de capital privado;

¹⁹⁷Idem, pp.58-9.

¹⁹⁸Idem, p.60.

¹⁹⁹O'DONNELL, Guillermo. BA - Reflexões. São Paulo: Vértice, 1987, p. 21.

6. Procura "despolitizar" as questões sociais, submetendo-as a critérios de racionalidade técnica;

7. Bloqueia os canais democráticos de acesso ao governo, bem como suprime os critérios de representação de classe.²⁰⁰

Em seu trabalho "BA - Reflexões" -, O'Donnell aprofunda a discussão sobre a conjuntura de emergência dos Estados Burocráticos Autoritários, procurando dar uma maior ênfase ao aspecto econômico. Para ele, não se pode analisar o BA desvinculando-o das transformações do capitalismo.

"O argumento central é que a emergência, impactos sociais e dinamismo destes fenômenos não podem ser entendidos se não se vê a sua íntima e sistemática relação com a estrutura e mudanças de certo tipo de capitalismo, com características próprias que devem ser especificadas."²⁰¹

Essa maior ênfase ao aspecto econômico ocorre em detrimento do aspecto que, na sua análise anterior, era visto como central para a definição do BA: a ativação popular. O'Donnell deixa clara a nova posição que passa a ocupar o aspecto da ativação popular, ao referir-se aos BA mexicano e espanhol, que nasceram em uma conjuntura na qual esta mobilização já havia sido previamente controlada:

"Nesta seção do presente trabalho relatamos uma das características definidoras do BA, o seu traço genético [a ativação popular], e descobrimos que a sua ausência ou presença é relativamente secundária com respeito à relação mais constitutiva entre o BA e um tipo de capitalismo e seu aprofundamento."²⁰² [grifos nossos]

Dentro deste maior espaço que passam a ocupar os processos econômicos, O'Donnell acrescenta uma nova característica ao BA: ser responsável por garantir o processo de "profundización" (ou aprofundamento) do capitalismo existente

²⁰⁰ O'DONNELL, Guillermo. Análise do Autoritarismo Burocrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 80-2.

²⁰¹ O'DONNELL, Guillermo. BA - Reflexões. São Paulo: Vértice, 1987, p. 20.

²⁰² Ibidem, p. 27.

na América Latina, capitalismo este, como já foi visto, periférico, dependente, mas extensamente industrializado.²⁰³ O conceito de "profundización" passa a desempenhar um papel tão fundamental na definição do BA que convém transcrevê-lo:

"...os avanços em direção a um maior grau de integração vertical da indústria em estreita associação com o capital internacional, de capitalismo de industrialização já estendida e diversificada, com origens num processo seqüencial de industrialização que por sua vez partiu de um primeiro vínculo com o mercado internacional mediante a exportação de produtos primários."²⁰⁴

A fim de melhor situar o conceito de "profundización", O'Donnell discute, de forma ainda mais elaborada, o sistema econômico dos anos 50, que antecedeu a implantação dos BA, reafirmando a existência de um capitalismo dependente, marcado pela expansão horizontal e não vertical de sua indústria e que sofria os efeitos do crescente processo de penetração das empresas multinacionais. Para ele, as conseqüências desta penetração do capital internacional na economia foi acirrar as crises sociais e políticas já existentes.²⁰⁵

Diante destas crises e da existência de um capitalismo que cumpria mal as suas funções de garantir o processo de acumulação, a implantação do BA foi defendida pelos seus responsáveis a partir da necessidade de se capturar o Estado para, então, reorganizar e impor ordem à sociedade. Fica claro, para O'Donnell, que esta "ordem" tinha uma direção e um significado certos, de promover a "profundización". Esta, portanto, aparecia como a única saída face à situação de dependência frente ao capitalismo e indispensável politicamente, haja visto que a ameaça social e política anterior ao BA tinha suas raízes na crise econômica, decorrente, por sua vez, do caráter horizontal de sua industrialização. Percebe-se, portanto,

²⁰³Idem, p.21.

²⁰⁴Idem, p.58.

²⁰⁵Para uma leitura mais detalhada desta análise de O'Donnell a respeito da economia neste período, vide pp. 26-9.

como cresce o papel do componente econômico nesta nova versão do BA.

*"Mas em termos das condições do comércio internacional e da oferta mundial de investimentos e tecnologia, reforçada pela impossibilidade de explorar seriamente alternativas de organização social por parte das classes e setores que consolidavam a sua dominação através do BA, esse aprofundamento aparecia, para os governantes e aliados deste Estado, como a única direção a se tomar (na década de 60 e começo da de 70). A única direção possível parecia também politicamente indispensável, desde que o contínuo rebote do período anterior contra os limites da balança de pagamentos e de uma pobre integração vertical da indústria apareciam indubitavelmente conectados com as crises econômicas que alimentavam os ameaçadores processos políticos e sociais que a implantação do BA tentou extirpar."*²⁰⁶

Para empreender a "profundización", necessário se fazia a entrada do capital internacional e esta, por sua vez, exigia do BA o atendimento a dois requisitos: a eliminação da ameaça representada pela ativação popular e garantias de previsibilidade quanto à política econômica a ser adotada, que passaram a se constituir nas duas tarefas fundamentais desse Estado.

*"Esta é a chave para se chegar ao significado central do Estado BA. Este emerge como resposta de exclusão do setor popular à crise em que desembarcam o populismo e os seus epígonos desenvolvimentistas. Após essas crises a exclusão do setor popular aparece para muitos como requisito para conseguir - e para a garantia da sua futura manutenção - de uma 'ordem' social e de uma estabilidade sócio-econômica que, por sua vez, são condição necessária para atrair, na continuidade e quantidade necessárias, o capital internacional. Sem este, por seu lado, o aprofundamento destes capitalismo não pode ser seriamente empreendido. (...) Se se perde de vista esta problemática, o estudo do BA fica reduzido a uma descrição fenomenológica de atributos que não conseguem distingui-lo no leito de Procusto dos 'autoritarismos' ou dos 'regimes militares'."*²⁰⁷

²⁰⁶ Idem, p. 30.

²⁰⁷ Idem, p. 33.

Cria-se, então, uma relação de reciprocidade entre o BA e o capital internacional: este último é condição indispensável para a realização da "profundización" pretendida pelos líderes do BA; já o BA, por sua vez, é a única garantia que o capital internacional tem de, no seu processo de expansão, dispor de um clima de "paz social" e estabilidade econômica

*"Dito de outra maneira, o Estado BA e o capital internacional se encontram em relação mutuamente indispensável."*¹⁰⁸

Constitui-se, portanto, entre o BA e o capital internacional uma aliança - um "duo", segundo O'Donnell - voltado para implementar a tarefa da "profundización" e em cujo interior não havia espaço, em uma primeira fase, para a própria burguesia nacional.

*"O Estado e o capital internacional formam nesse momento um 'duo' que não somente exclui o setor popular como também é pouco permeável às expectativas e aos interesses de seus aliados originários. Mais tarde, mas somente mais tarde, como veremos, o Estado poderá se reabrir à burguesia nacional e transformar o 'duo' em um 'trio' que marca uma nova etapa do BA."*¹⁰⁹

É quando ele passa a discutir a transformação do "duo" em "trio", a partir da incorporação da burguesia nacional no interior da aliança inicial, constituinte do BA, que aparece a elaboração teórica de Guillermo O'Donnell a respeito da natureza geral do Estado e da relação entre este e a sociedade. Para O'Donnell, assim como para Maria Helena Moreira Alves e Manuel Garretón, o Estado constitui-se em um sujeito histórico, um ator social, dotado de uma vontade e projeto próprios e que passa, portanto, a desempenhar uma tarefa para a qual se considera o mais capaz. Em síntese, concebe um Estado que é autônomo em relação aos grupos sociais e, não apenas autonomiza-se frente à sociedade, como torna-se tão onipotente

¹⁰⁸ Idem, p.35.

¹⁰⁹ O'DONNELL, Guillermo. "Desenvolvimento Político ou Mudança Política?" IN PINHEIRO, Paulo Sérgio (Coord.). O Estado Autoritário e Movimentos Populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 33.

que chega mesmo a ter o poder de "criação": ele reinventa a burguesia nacional em um momento em que o processo de internacionalização da economia promovido a partir da "profundización" corria o risco de destruí-la. É quando, então, a aliança inicial - o "duo" - constituída pelo capital externo e pelo Estado, amplia-se, e passa a incorporar a "reinventada" burguesia nacional, transformando agora o "duo" em "trio".

"...na sua etapa inicial, este Estado que exclui o setor popular, que castiga economicamente muitos dos seus aliados, que é quase surdo à burguesia nacional, que se expande fortemente para 'reordenar' a sociedade, é um Estado que se autonomiza dela num alto grau."²¹⁰

"A 'grandeza' prometida no caminho da 'profundización' se 'nacionaliza', agora, de forma tangível, em benefício de uma parte da sociedade civil. Para que isto seja possível o Estado não deve somente se oferecer passivamente ao reingresso da burguesia nacional. Tem que tutelá-la ativamente. Ou seja, tem que se tornar menos 'ortodoxo' e mais 'nacionalista': ser mais protecionista; tornar a subdisiar com menos rubores; guardar para si e para aquela reservas de caça proibidas ao acesso direto do capital internacional; ser ele mesmo mais empresário em atividades diretamente produtivas. Em outras palavras, limitar o capital internacional a um grau quase impensável durante a ortodoxia inicial, criando espaço econômico para si e para a burguesia nacional, para dessa maneira tutelá-la e, quase, reinventá-la."²¹¹

Numa tentativa final de síntese, a par das significativas divergências que em diversos momentos aparecem entre os autores analisados neste trabalho, os mesmos filiam-se à algumas teorias básicas, assim como coincidem suas análises em diversos aspectos. Um ponto fundamental é a Teoria da Dependência que, à exceção de Skidmore, cuja filiação não é explícita, constitui-se na premissa fundamental que baliza todas as análises. Um segundo aspecto é a teoria gramsciana referente à hegemonia e dominação, que também se constitui em um conceito compartilhado por Ianni, M.H.M.Alves, Garretón e

²¹⁰Idem, p. 57.

²¹¹Idem, p. 62.

O'Donnell. Ainda, a concepção de autonomização do Estado no político também perpassa claramente as análises de M.H.M.Alves, Skidmore, O'Donnell e Garretón. Finalmente, é interessante acentuar-se que, ainda que através de elaborações conceituais distintas (Estado de Segurança Nacional, ditadura militar, regimes autoritários, Estado Burocrático-Autoritário), os autores chegaram à duas conclusões básicas a respeito do caráter e objetivos básicos do Estado pós-64:

1. Esse Estado estava voltado basicamente para a realização de duas tarefas: a imposição da "ordem" na sociedade e o redirecionamento da economia.
2. O redirecionamento da economia direcionava-se para o favorecimento das empresas privadas e, em consequência da política econômica adotada pelos novos governos, verificou-se um processo de franca desnacionalização da economia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil* (1964/1984). 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

GARRETÓN, Manuel Antonio. "Em Torno da Discussão Sobre os Novos Regimes Autoritários na América Latina". In *DADOS*, vol. 25, No. 2, 1982.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

O'DONNELL, Guillermo. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. "Desenvolvimento Político ou Mudança Política?" In PINHEIRO, Paulo Sérgio (Coord.). *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *BA - Reflexões*. São Paulo: Vértice, 1987.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Brasil: de Castelo a Tancredo. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

"Politics and Economic Policy Making in Authoritarian Brazil, 1937-71". In STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil. Origins, Policies and Future*. New Haven and London: Yale University Press, 1973.